

Inviabilização inviabilizada

Começa a refluir a conspiração para abreviar a vida útil do governo Fernando Henrique, mediante a abertura de uma CPI para investigar crimes de corrupção por atacado. Uma paciente articulação política, com o empenho pessoal do chefe do Executivo, tornou remota a possibilidade de que a espúria aliança entre a frente das oposições e o senador pefista Antonio Carlos Magalhães consiga o seu intento: colher a assinatura de pelo menos 27 senadores e 171 deputados para submeter à devassa parlamentar uma verdadeira macedônia de supostas irregularidades federais e estaduais, passadas e presentes, plausíveis ou fantasiosas, diversas delas já investigadas pelos organismos competentes.

Faltando 2 adesões no Senado e, alegadamente, cerca de 30 na Câmara para se alcançar o quórum necessário, a bancada do PMDB no Senado decidiu – em votação secreta – que nenhum outro membro apoia o pedido da CPI. O partido tem 26 senadores. Seis deles haviam assinado o respectivo requerimento – entre eles, o presidente da Casa e da agremiação, Jader Barbalho, moralmente obrigado a fazê-lo, porque o caso todo começou quando o seu desafeto Antonio Carlos resolveu exu-

mar as conhecidas denúncias de que ele desviara fundos do Banco do Estado do Pará, ao governar o Estado, em meados dos anos 80. Anteontem, na votação da bancada, apenas 4 peemedebistas continuaram defendendo a CPI. Com isso, deve “morrer na praia”, no Senado, a operação para “inviabilizar” o governo (o termo é do PT). Na Câmara, embora o senador baiano aprege o ter 40 deputados prontos a segui-lo quando ele decidir (“o juiz do tempo de assinar sou eu”, vangloria-se), não só a bancada carlista firme equívale a metade disso, como também a dissidência na base do governo está contida. O Planalto fez o que tinha de fazer, inviabilizando a inviabilização do governo.

É certo que a oposição continuará azucrinando os brasileiros com o assunto. Depois de amargar uma nova derrota no partido ao qual voltou para ser seu candidato presidencial em 2002, ambição arquivada pelo PMDB em 1998, o governador Itamar Franco convocou a sua “tropa de choque” – o pessoal da UNE – para desfilar pelo País afora em favor da CPI (e, obviamente, contra a privatização de Furnas). Na mesma linha e tão previsível quanto isso, o PT promoverá a “mobilização popular” de praxe, com

passeata a Brasília e manifestação diante do Congresso. Mas, faça o barulho que fizer – e o barulho será tanto maior quanto mais perto ficar a sucessão –, o fato é que a oposição perdeu nesta semana o *momentum* da CPI. Para tanto, a competente articulação do governo teve o respaldo dos efeitos sobre a opinião pública das últimas boas notícias do front econômico – 129 mil novos postos regulares de trabalho nos dois primeiros meses do ano e queda do desemprego em fevereiro, de 8,2% para 5,7%, em comparação com o mesmo período de 2000.

Segundo as pesquisas, a maioria dos brasileiros acredita que existe corrupção no governo e que as denúncias devem ser apuradas – qualquer outro resultado, por sinal, seria espantoso. Mas as mesmas sondagens asseguram que os índices de aprovação do presidente Fernando Henrique sustentam a tendência de alta iniciada no ano passado. Os brasileiros, desse modo, mostram aos políticos que eles prestam muito mais atenção nos avanços da economia – os quais afetam diretamente as suas condições de

vida e a sua avaliação do governo – do que no denuncismo saído do trombone de Antonio Carlos Magalhães. Não é à toa que a sua popularidade cai enquanto a de Fernando Henrique sobe. Segundo o Ibope, cerca de metade da população acompanha o conflito entre eles. Nesse universo, 48% dos entrevistados disseram que o confronto enfraqueceu mais o senador do que o presidente (só 27% acreditam no contrário). E nada menos de 58% afirmaram não confiar no político baiano.

Uma paciente articulação política desarmou a manobra das oposições

Ao mesmo tempo que começou a arrefecer a crise política induzida com propósitos mesquinhos – e por isso mesmo –, o Congresso finalmente passou a mostrar serviço, aprovando três projetos de grande interesse. A Câmara, por 374 votos a 30, aprovou o substitutivo ao projeto da Lei das Sociedades Anônimas, enquanto o Senado aprovou, com modificações mínimas nos termos desejados pelo governo, dois projetos de lei complementar sobre o funcionamento dos fundos de pensão. O Brasil agradece o surto de sensatez e espírito público que atingiu o Congresso.